



CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2022

CADERNO DE PROVA TIPO 1 – BRANCO

ADVOGADO JÚNIOR

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

1. Este caderno de prova contém **46 (quarenta e seis) questões objetivas**, enumeradas de 01 a 46, distribuídas da seguinte forma:
 - a) 01 a 05 – Língua Portuguesa;
 - b) 06 a 09 – Direito Constitucional;
 - c) 10 a 14 – Direito Administrativo;
 - d) 15 a 19 – Direito do Trabalho;
 - e) 20 a 24 – Direito Processual do Trabalho;
 - f) 25 a 29 – Direito Processual Civil;
 - g) 30 a 33 – Direito Civil;
 - h) 34 a 37 – Direito Empresarial;
 - i) 38 a 41 – Direito Tributário;
 - j) 42 a 46 – Legislação Específica.
2. Além das questões objetivas, este caderno também contém uma questão discursiva (**peça jurídica**), com o devido espaço para o rascunho dos textos definitivos.
3. Confira se a quantidade e a ordem das questões deste caderno de prova estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que ele tome as providências cabíveis.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **5 (cinco)** opções de resposta, sendo apenas uma resposta correta.
5. O tempo disponível para esta prova é de **5 (cinco) horas**.
6. Reserve tempo suficiente para marcar o seu cartão de respostas e preencher suas folhas de textos definitivos. Os rascunhos e as marcações assinaladas neste caderno **não** serão considerados na avaliação.
7. O candidato somente poderá se retirar do local da aplicação das provas após **60 (sessenta)** minutos de seu início.
8. Quando terminar, chame o fiscal de sala, entregue este **caderno de prova**, o **cartão de respostas** e as **folhas de textos definitivos**.
9. O candidato somente poderá retirar-se do local da aplicação levando consigo o caderno de provas a partir dos últimos **30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização da prova.

Boa prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para as questões 01 a 05

Identidade digital é chave para uma vida conectada e mais segura

A vida hiperconectada de hoje em dia é bastante complexa, mas ainda pouco eficiente, especialmente no que diz respeito à segurança dos mais variados tipos de acessos e transações. É necessário utilizar uma série de documentos físicos de identificação, além de chaves, crachás e cartões, por exemplo. Ao mesmo tempo, também somos obrigados a lidar com uma infinidade de senhas, formulários e solicitações de informações online. Precisamos nos identificar diversas vezes ao dia, para inúmeras atividades cotidianas: logar no computador, fazer uma transferência bancária, desbloquear o celular, usar serviços via aplicativos ou fazer compra online, por exemplo. Mesmo assim, a cada dois segundos uma pessoa é vítima de fraude no Brasil. Ou seja, é uma conta que não fecha e que rouba tempo e energia do cidadão.

Nesse universo "figital", que aboliu as fronteiras entre físico e digital, é preciso mais do que nunca uma solução segura que facilite a vida, garantindo de forma inequívoca que cada pessoa seja de fato quem ela diz ser. Essa inovação tem nome e é cada vez mais utilizada no Brasil e no mundo: identidade digital ou simplesmente ID digital, solução que, de acordo com Fabíola Greve, diretora do Instituto de Computação da Universidade Federal da Bahia (IC/UFBA), é a mola mestra para a segurança dos indivíduos e das organizações nessa nova era da web 3.0.

As projeções apoiam sua opinião. Globalmente, o mercado de soluções de identidade digital deve saltar de US\$ 23,3 bilhões em 2021 para US\$ 49,5 bilhões em 2026, segundo estimativa da *Research and Markets*. "No figital, é imprescindível conceder às pessoas, coisas e organizações uma única identidade, que possa ser universal e atenda a todos os rigores de segurança", explica.

A ID digital nada mais é do que um mecanismo para a identificação digital e segura de indivíduos, sem contato pessoal, que já vem sendo utilizada para sustentar diversas plataformas digitais, serviços eletrônicos e sistemas de pagamento digitais.

(...)

A ID digital entrega benefícios tanto para os usuários quanto para empresas e governos. Um dos principais, que vale para todos os envolvidos, é a segurança. "Uma identidade digital confiável ajuda, acima de tudo, a mitigar o problema de fraude de identidade, que causa muitos prejuízos para a sociedade", afirma Alencastro. (...)

Essa segurança é fornecida por meio da verificação de uma série de atributos, que geralmente mesclam dados biométricos faciais, que são o meio mais seguro de identificação pessoal porque envolvem características biológicas únicas que só aquele indivíduo possui, com documentos oficiais e informações de governos e instituições bancárias. (...)

Para empresas, pessoas e governos, a praticidade da ID digital tem ainda outra vantagem clara. Ela oferece redução de custos operacionais ao dispensar diversas etapas burocráticas de autenticação e vaivém de documentos e formulários. Um estudo da McKinsey de 2019 apontou que a adoção da identidade digital poderia ajudar a poupar cerca de 110 bilhões

de horas por meio de serviços de governo eletrônico simplificados. Além disso, instituições poderiam se beneficiar de melhorias no cadastro de clientes, reduzindo custos em até 90%, e evitando fraudes, economizando até US\$ 1,6 trilhão globalmente.

A identidade digital também proporciona melhores experiências para as pessoas, que não precisam perder tempo, energia ou até dinheiro em processos lentos e ineficientes, estejam elas no papel de cidadão, cliente ou funcionário.

(...)

O ideal é que a identidade digital seja um documento de identificação único utilizado globalmente em qualquer plataforma. "Ela deve contemplar todo o conjunto de relações significativas que o indivíduo estabelece com a sociedade", afirma Fabíola. Isso quer dizer que, por exemplo, sua profissão faria parte da sua identidade, assim como seus dados médicos e financeiros, entre outros.

Também há a expectativa de que, com a tecnologia, cada pessoa possa decidir para quem, quando e com qual finalidade quer disponibilizar suas informações pessoais. "Considerando essa perspectiva, uma ID digital segura será ainda mais imprescindível e os ganhos serão imensos, sobretudo na facilidade de interação do indivíduo com os diversos ecossistemas, na oferta de serviços por parte das várias organizações, e, claro, no respeito à privacidade do cidadão e alinhamento às leis gerais de proteção de dados", diz ela. "Ainda não estamos nesse estágio, mas chegaremos lá."

(https://estudio.folha.uol.com.br/unico/2022/05/identidade-digital-e-chave-para-uma-vida-conectada-e-mais-segura.shtml?utm_source=taboola&utm_medium=native&tblci=GIC7ppy_ekQKDPTJqh71VNnnUM_exCL0Bn4Hc9JOPOGi-SDK81QoiNq0pfCtgsF8#tblciGIC7ppy_ekQKDPTJqh71VNnnUM_exCL0Bn4Hc9JOPOGi-SDK81QoiNq0pfCtgsF8)

Questão 01

Em relação à leitura do texto e seus possíveis sentidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Apesar da alta tecnologia, a sociedade ainda não se desprende de mecanismos físicos de controle e segurança.
- II. A proposta para a segurança no século XXI seria a criação de mecanismos integralmente digitais que pudessem representar uma identidade única em todo o planeta.
- III. É enganosa a ideia de que a criação de mecanismos puramente digitais para a identificação civil venha a gerar economia aos cofres públicos, pois o custo da sua manutenção ainda é muito alto.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Questão 02

O texto se caracteriza por apresentar tipologia eminentemente

- (A) descritiva.
- (B) narrativa.
- (C) dissertativo-argumentativa.
- (D) dissertativo-expositiva.
- (E) injuntiva.

Questão 03

Observe os dois segmentos a seguir:

“Precisamos nos identificar diversas vezes ao dia, para inúmeras atividades cotidianas: logar no computador, fazer uma transferência bancária, desbloquear o celular, usar serviços via aplicativos ou fazer compra online, por exemplo”. (L. 8-11)

“Essa inovação tem nome e é cada vez mais utilizada no Brasil e no mundo: identidade digital ou simplesmente ID digital...” (L. 18-20)

É correto afirmar que o enunciado após os dois-pontos, nos segmentos acima, apresenta valor, respectivamente, de

- (A) explicação e explicitação.
- (B) enumeração e explicação.
- (C) explicitação e especificação.
- (D) enumeração e especificação.
- (E) explicitação e explicação.

Questão 04

“Essa segurança é fornecida por meio da verificação de uma série de atributos...” (L. 43-44)

O pronome sublinhado no segmento acima se classifica como

- (A) catafórico.
- (B) anafórico.
- (C) dêitico.
- (D) epanafórico.
- (E) exofórico.

Questão 05

“Considerando essa perspectiva, uma ID digital segura será ainda mais imprescindível e os ganhos serão imensos, sobretudo na facilidade de interação do indivíduo (1) com os diversos ecossistemas, na oferta de serviços (2) por parte das várias organizações, e, claro, no respeito à privacidade do cidadão (3) e alinhamento às leis gerais de proteção de dados (4)”, diz ela.” (L. 74-80)

No trecho acima, a função sintática dos termos sublinhados (1, 2, 3 e 4) pode ser de adjunto adnominal (AA) ou complemento nominal (CN).

Em relação a esses termos, é correto afirmar que desempenham, respectivamente, função de

- (A) AA, CN, AA e CN.
- (B) AA, AA, CN e CN.
- (C) CN, CN, AA e AA.
- (D) CN, AA, CN e AA.
- (E) CN, AA, AA e CN.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 06**

A Constituição estabelece que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Essa imunidade refere-se ao princípio da

- (A) legalidade.
- (B) igualdade tributária.
- (C) anterioridade anual.
- (D) anterioridade qualificada.
- (E) vedação de privilégio odioso.

Questão 07

A intervenção direta do Estado na economia é realizada quando são criadas empresas estatais para atuarem no domínio econômico, como agentes, concorrendo com os particulares ou detendo o monopólio. Também se dá quando o Estado cria as agências reguladoras para regular e fiscalizarem serviços e atividades econômicas.

A atuação do Estado no âmbito econômico implica a

- (A) possibilidade que o Estado, atuando como empresa pública ou sociedade de economia mista, tenha benefícios fiscais que não tenham sido concedidos ao setor privado concorrente.
- (B) necessidade de que, no modelo da sociedade de economia mista, seja adotado capital fechado.
- (C) permissão da exploração direta de atividade econômica pelo Estado quando houver relevante interesse coletivo.
- (D) garantia de forma empresarial específica para o Estado, devendo-se observar aquelas previstas em lei.
- (E) possibilidade de que as empresas estatais assumam as formas de empresa pública, de sociedade de economia mista, de autarquia e fundação pública.

Questão 08

A adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade, é permitida em casos excepcionais expressamente previstos.

A idade mínima de 55 anos para fins de aposentadoria é estabelecida para

- (A) homem trabalhador rural.
- (B) homem pescador.
- (C) mulher professora.
- (D) mulher garimpeira.
- (E) mulher trabalhadora urbana.

Questão 09

A corrente que defende uma interpretação gramatical do texto constitucional que é considerado em pé de igualdade como uma lei ordinária corresponde ao método

- (A) hermenêutico clássico.
- (B) científico-espiritual.
- (C) problemático.
- (D) hermenêutico concretizador.
- (E) normativo estruturante.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 10**

Constitui atributo do ato administrativo a

- (A) autoexecutoriedade, independentemente de previsão legal.
- (B) vinculação ao princípio da legalidade, sendo proibida a prática de atos discricionários.
- (C) presunção de veracidade, não sendo admitida prova em contrário quanto aos seus fundamentos de fato.
- (D) presunção de legitimidade, podendo ser invalidado apenas por decisão judicial.
- (E) imperatividade, caracterizada pela sua imposição unilateral de obrigações a terceiros.

Questão 11

São características dos órgãos públicos o listado nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Resultam da desconcentração.
- (B) Possuem personalidade jurídica.
- (C) Não possuem patrimônio próprio.
- (D) Alguns possuem autonomia gerencial, orçamentária e financeira.
- (E) Alguns possuem capacidade processual para a defesa em juízo de suas prerrogativas.

Questão 12

Assinale a alternativa em que não esteja indicada corretamente uma entidade que compoñha a Administração Indireta.

- (A) Autarquia
- (B) Empresa Pública
- (C) Sociedade de Economia Mista
- (D) Fundação Pública
- (E) Organização Não Governamental

Questão 13

A sociedade de economia mista será constituída sob a forma de

- (A) Sociedade Limitada.
- (B) Sociedade Simples.
- (C) Sociedade Anônima.
- (D) Sociedade em Conta de Participação.
- (E) Sociedade Comandita por Ações.

Questão 14

Aplica-se a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos às contratações de tecnologia da informação e de comunicação pelas entidades listadas nas alternativas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) União
- (B) Estados
- (C) Autarquias
- (D) Partidos Políticos
- (E) Fundações Públicas

DIREITO DO TRABALHO**Questão 15**

Marilda trabalha em uma loja de produtos naturais desde 5/6/21, recebendo de seu empregador o valor de R\$ 600,00 por mês, em dinheiro, a título de auxílio-alimentação, e também diárias de viagens, que variam de valor.

Em relação à situação hipotética acima descrita, assinale a alternativa correta.

- (A) O valor recebido a título de auxílio-alimentação integra a remuneração, mas o valor que recebe a título de diárias de viagem não integra a remuneração.
- (B) O valor recebido a título de auxílio-alimentação e diárias de viagem integram a remuneração.
- (C) O valor recebido a título de auxílio-alimentação não integra a remuneração, mas o que recebe a título de diárias de viagem integra a remuneração.
- (D) Os valores recebidos a título de auxílio-alimentação e diárias de viagem não integram a remuneração.
- (E) O valor recebido a título de auxílio-alimentação e diárias de viagem, quando a distâncias superiores a 1 hora de viagem por rodovia, integram a remuneração.

Questão 16

Roberto Valinho da Silva, após longo período desempregado, consegue emprego em uma empresa de fabricação de eletrodomésticos. Feliz da vida, Roberto entrega sua CTPS para ser anotada pelo empregador.

Nesse contexto, é correto afirmar que o empregador de Roberto terá o prazo de

- (A) 5 (cinco) dias corridos para anotar a CTPS.
- (B) 10 (dez) dias corridos para anotar a CTPS.
- (C) 5 (cinco) dias úteis para anotar a CTPS.
- (D) 48 (quarenta e oito) horas para anotar a CTPS.
- (E) 10 (dez) dias úteis para anotar a CTPS.

Questão 17

Túlio da Silva trabalha fazendo entregas em motocicleta; Rodrigo Magalhães trabalha como frentista de posto de gasolina; e Maria Marina trabalha com tintas e solventes.

Em relação ao cenário acima descrito, assinale a alternativa em que se apresenta corretamente o adicional respectivo correspondente à atividade desenvolvida por cada um dos empregados.

- (A) Túlio deve receber adicional de periculosidade, Rodrigo deve receber adicional de periculosidade e Maria deve receber o adicional de insalubridade.
- (B) Túlio deve receber adicional de insalubridade, Rodrigo deve receber adicional de periculosidade e Maria deve receber adicional de insalubridade.
- (C) Túlio deve receber adicional de periculosidade, Rodrigo deve receber adicional de insalubridade e Maria deve receber adicional de insalubridade.
- (D) Túlio deve receber adicional de insalubridade, Rodrigo deve receber o adicional de insalubridade e Maria deve receber o adicional de periculosidade.
- (E) Todos eles devem receber adicional de periculosidade.

Questão 18

José da Silva é tesoureiro de uma empresa e deposita um cheque de um cliente em sua conta pessoal, já que precisava pagar contas atrasadas e não tinha dinheiro. Luís Teixeira utiliza-se do e-mail institucional da empresa para enviar para as colegas de trabalho fotos e filmes contendo pornografias, e ainda tem o hábito de passar a mão nas pernas das estagiárias da empresa onde trabalha.

Em análise das situações acima descritas, assinale a alternativa que corresponda ao motivo da justa causa dos empregados.

- (A) José praticou falta grave de insubordinação e Luís praticou falta grave de incontinência de conduta.
- (B) José praticou falta grave de desídia e Luís praticou falta grave de mau procedimento.
- (C) José praticou falta grave de improbidade e Luís praticou falta grave de incontinência de conduta.
- (D) José praticou falta grave de indisciplina e Luís praticou falta grave de desídia.
- (E) José praticou falta grave de improbidade e Luís praticou falta grave de desídia.

Questão 19

João de Souza trabalha numa empresa de cosméticos no Rio de Janeiro e, por necessidade de serviço, foi transferido para São Paulo, para trabalhar por três meses, exercendo a mesma função que exercia no Rio de Janeiro.

Analisando a situação hipotética acima descrita, é correto afirmar que, enquanto durar essa situação, João tem direito ao recebimento do adicional de

- (A) 5% (cinco por cento) do salário.
- (B) 10% (dez por cento) do salário.
- (C) 15% (quinze por cento) do salário.
- (D) 20% (vinte por cento) do salário.
- (E) 25% (vinte e cinco por cento) do salário.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**Questão 20**

Otávio é reclamante numa reclamação trabalhista ajuizada pelo rito ordinário contra Coringa Ltda. Astrogildo Empreendimentos Ltda. é reclamado numa reclamação trabalhista que segue pelo rito sumaríssimo, ajuizada por Jânio, seu ex-empregado. Mário é requerido num inquérito para apuração de falta grave, ajuizado por Balão Mágico Ltda., seu empregador.

Analisando a situação hipotética acima, é correto afirmar que, para cada parte, em cada situação acima, respectivamente, a quantidade de testemunhas é de até

- (A) 2, 3 e 6 testemunhas.
- (B) 3, 2 e 6 testemunhas.
- (C) 6, 2 e 3 testemunhas.
- (D) 3, 2 e 3 testemunhas.
- (E) 3, 3 e 3 testemunhas.

Questão 21

Em processo trabalhista com pedido de pagamento de adicional de periculosidade, o magistrado determinou a realização da prova pericial, nomeou perito, concedeu prazo para apresentação de quesitos e assistentes técnicos, e arbitrou os honorários do profissional em R\$ 2.000,00, com o prazo de 15 dias para o reclamante comprovar o depósito dos valores, sob pena de perda da prova.

O advogado do reclamante insurgiu-se acerca de tal decisão, argumentando que estava em desalinho com as regras da CLT e com o entendimento do TST, mas o magistrado insistiu na decisão.

Analisando a situação hipotética acima descrita, assinale a alternativa correta, acerca do procedimento a ser adotado pelo advogado do reclamante, para reverter a decisão.

- (A) Deverá comprovar pagamento no prazo concedido pelo magistrado, para garantir o direito a produção da prova, uma vez que não há procedimento algum a ser adotado.
- (B) Deverá interpor recurso de agravo de instrumento.
- (C) Deverá interpor recurso ordinário.
- (D) Deverá impetrar mandado de segurança.
- (E) Deverá ajuizar ação rescisória.

Questão 22

José de Souza ajuizou reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, Sociedade Empresária Luz da Lua Ltda.

Paulino também ajuizou reclamação trabalhista, mas em face de seu ex-empregador e a União, em razão da alegação de responsabilidade subsidiária.

Os advogados atribuíram o valor de 10 salários mínimos nacionais às causas de José e de Paulino.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta acerca do rito a ser adotado.

- (A) Ambas as causas correrão sob o rito sumaríssimo.
- (B) Ambas as causas correrão sob o rito ordinário.
- (C) A causa de José correrá sob o rito ordinário, e a de Paulino, sob o sumaríssimo.
- (D) A causa de José correrá sob o procedimento sumaríssimo, e a de Paulino, sob o rito ordinário.
- (E) A escolha do rito cabe à parte, que pode escolher o que melhor lhe atenda.

Questão 23

Em sede de execução trabalhista, o juiz intimou a parte exequente para cumprir decisão, determinando que desse seguimento à execução, indicando os meios para seu prosseguimento, já que não foram encontrados bens no patrimônio do réu/executado.

Levando-se em consideração que a decisão do magistrado ocorreu em 7/7/19 e o processo encontra-se há mais de dois anos parado, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo poderá permanecer parado, aguardando a manifestação do exequente, por período indefinido de tempo.
- (B) Poderá haver a declaração de prescrição intercorrente, mas somente se houver requerimento do exequente.
- (C) Poderá haver a declaração de prescrição intercorrente a requerimento do exequente ou de ofício.
- (D) O juiz deverá intimar novamente a parte, a fim de dar início ao novo prazo prescricional.
- (E) Somente poderá haver declaração de prescrição intercorrente de ofício.

Questão 24

Em processo trabalhista ajuizado pelo rito ordinário, julgados procedentes os pedidos e transitado em julgado, iniciou-se a execução. Após a homologação dos cálculos, o magistrado determinou a citação do executado para pagamento nos termos da CLT, e este apresentou, de forma tempestiva, embargos à execução, que foram julgados improcedentes.

Pretendendo recorrer da decisão desfavorável, o executado procura um advogado para a defesa de seus interesses.

Pela análise da situação acima descrita, assinale a alternativa que corresponda corretamente ao recurso a ser interposto.

- (A) recurso ordinário
- (B) agravo de instrumento
- (C) agravo de petição
- (D) recurso de revista
- (E) recurso de embargos

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 25

O Direito Processual Civil é norteado por diversas regras e princípios fundamentais, entre os quais alguns decorrem diretamente do texto constitucional, de forma explícita ou implícita.

Esse é o caso do princípio do(a)

- (A) duplo grau de jurisdição.
- (B) identidade física do juiz.
- (C) persuasão racional.
- (D) cooperação.
- (E) dispositivo.

Questão 26

A jurisdição engloba a área territorial sobre a qual o Estado a detém para aplicar o direito a um determinado caso, por meio dos juízes e tribunais.

É uma característica da jurisdição a

- (A) voluntariedade.
- (B) delegabilidade.
- (C) irrecorribilidade.
- (D) transitoriedade.
- (E) imperatividade.

Questão 27

As partes podem convencionar a respeito do foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.

A cláusula de eleição de foro

- (A) não vincula os herdeiros e sucessores das partes.
- (B) pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz após a citação.
- (C) exclui o disposto na convenção de arbitragem.
- (D) pode ser estabelecida em razão do valor da causa.
- (E) não pode ser validada para ações oriundas de contrato.

Questão 28

Em causas que tratam de direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes realizar atos jurídicos processuais.

É admissível o ajustamento entre as partes, considerando as especificidades da causa para

- (A) criar novas espécies recursais.
- (B) ampliar as hipóteses de cabimento dos recursos.
- (C) excluir a intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.
- (D) estabelecer a contagem dos prazos processuais dos negociantes em dias corridos.
- (E) modificar a competência.

Questão 29

O magistrado antecipa a uma das partes um provimento judicial de mérito ou acautelatório antes da prolação da decisão final, seja em virtude da urgência ou da plausibilidade do direito.

No que tange a essa decisão, é correto afirmar que

- (A) a tutela provisória de evidência pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- (B) na tutela cautelar o juiz permite o autor fruir do direito imediatamente.
- (C) o requerimento de tutela provisória incidental pode ser formulado a qualquer tempo, não se submetendo à preclusão temporal, observada a lei.
- (D) a decisão que nega a tutela provisória coletiva não obsta a concessão da tutela provisória no plano individual.
- (E) a tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

DIREITO CIVIL

Questão 30

De acordo com o princípio da obrigatoriedade das leis, ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Considerando a força vinculante, uma lei passa a vigorar

- (A) a partir da sua publicação.
- (B) após três meses de sua publicação, salvo disposição contrária.
- (C) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- (D) trinta dias de sua publicação, salvo disposição em contrário.
- (E) na data estipulada em seu texto.

Questão 31

Duas pessoas celebram negócio jurídico com cláusula contratual de não valer sem instrumento público.

Essa formalidade do ato é

- (A) acessória.
- (B) subsidiária.
- (C) substancial.
- (D) prescindível.
- (E) suplementar.

Questão 32

Em julgado no Superior Tribunal de Justiça (AgInt no REsp 1636070/CE, Rel. Min. Raul Araújo, Rel. p/ Ac Min Luís Felipe Salomão, 4ª T., j. 26/9/17), o Ministro Luís Felipe Salomão identificou que determinado vício de consentimento se manifesta na forma de “manobras ou maquinações feitas com o propósito de obter uma declaração de vontade que não seria emitida se o declarante não fosse enganado. É o erro intencionalmente provocado, instigado pela intenção de enganar; pois o autor mune-se da vontade de induzir o outro ao erro, usando de artifícios não grosseiros ou perceptíveis *prima facie*”.

No caso, o defeito do negócio jurídico corresponde a

- (A) erro.
- (B) dolo.
- (C) coação.
- (D) lesão.
- (E) estado de perigo.

Questão 33

Nas relações contratuais privadas, prevalecem o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual. Ainda assim, a formalização do contrato deve respeitar as normas postas no ordenamento jurídico, sem prejudicar a coletividade ou os interesses de terceiros.

Nesse contexto, o princípio da função social do contrato

- (A) inibe às partes pactuar garantias contratuais atípicas.
- (B) constitui cláusula atípica a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos do contrato.
- (C) pode ter eficácia interna entre as partes contratantes.
- (D) é de aplicação limitada às relações envolvendo interesses metaindividuais.
- (E) visa reduzir a possibilidade de tutela externa do crédito.

DIREITO EMPRESARIAL**Questão 34**

A respeito do contrato de trespasse, analise as afirmativas a seguir:

- I. O trespessário é a parte que negocia o estabelecimento, ao passo que o trespessante é aquele que o adquire.
- II. Podem ser objeto de trespasse o arrendamento, usufruto ou alienação do estabelecimento empresarial.
- III. O trespasse é o contrato que tem por fim a transferência do ponto.
- IV. O alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente durante os cinco anos subsequentes à transferência, exceto nos casos de arrendamento ou usufruto, cuja vedação persistirá durante toda a vigência do contrato.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

Questão 35

No que tange à sociedade em conta de participação, é correto afirmar que

- (A) independente de seu registro, será sempre não personificada.
- (B) possui duas classes de sócios: comanditado e comanditário.
- (C) admite a desconsideração da personalidade jurídica.
- (D) é parte legítima para requerer a recuperação judicial.
- (E) há um número mínimo e máximo de sócios, segundo a lei.

Questão 36

Antônio endossou para Paulo uma letra de câmbio quatro dias após o seu vencimento.

Considerando os institutos do protesto e do endosso, é correto afirmar que a situação narrada acima

- (A) caracteriza um endosso póstumo e permite que o endossatário apenas possa executar o devedor principal.
- (B) exige que o endossatário realize o protesto para vincular os coobrigados.
- (C) caracteriza endosso póstumo e impede que o endossatário possa executar o devedor principal.
- (D) caracteriza endosso póstumo porque já expirou o prazo para protesto.
- (E) caracteriza endosso póstumo porque já expirou o vencimento do título e ainda corresponde a uma cessão de crédito.

Questão 37

É correto afirmar que o processo administrativo de nulidade do registro de marca pode ser proposto

- (A) ao longo de todo o período de vigência do registro da marca.
- (B) em até cinco anos, contados da expedição do certificado de registro.
- (C) em até três anos, contados da expedição do certificado de registro.
- (D) ao longo do primeiro decênio, sob pena de decadência.
- (E) em até 180 dias contados da expedição do certificado de registro.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 38**

A segurança pública é dever do Estado e direito de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Assim, essa atividade do Estado só pode ser subvencionada por

- (A) contribuição especial.
- (B) taxa.
- (C) empréstimo compulsório.
- (D) contribuição por melhoria.
- (E) imposto.

Questão 39

Os tributos têm por fato gerador uma situação jurídica abstrata, não sendo possível vincular sua cobrança a qualquer atividade estatal específica.

A única espécie de tributo absolutamente desvinculada é a(o)

- (A) contribuição de melhoria.
- (B) imposto.
- (C) taxa.
- (D) contribuição de intervenção no domínio econômico.
- (E) empréstimo compulsório.

Questão 40

A hipótese em que ocorre a interrupção do prazo prescricional para a ação de cobrança do crédito tributário, prescindindo da atuação direta do Poder Judiciário, se dá

- (A) a partir da citação pessoal feita ao devedor.
- (B) pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- (C) pelo protesto.
- (D) por ato que constitua em mora o devedor.
- (E) por qualquer ato inequívoco que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Questão 41

Incide o instituto da decadência passados cinco anos contados da ocorrência do fato gerador no caso do tributo

- (A) declarado e não pago.
- (B) pago a menor.
- (C) que não foi pago nem declarado.
- (D) lançado de ofício.
- (E) lançado por arbitramento.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 42

Com base no que afirma a Lei 13.709/18, analise as afirmativas a seguir:

- I. Considera-se autoridade nacional mormente órgão da administração pública indireta responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da lei.
- II. Considera-se dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- III. Considera-se anonimização a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Questão 43

As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os princípios listados nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) necessidade
- (B) livre acesso
- (C) qualidade dos dados
- (D) transparência
- (E) investigação

Questão 44

Em relação ao que reza a Lei Geral de Proteção de Dados, analise as afirmativas a seguir:

- I. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais sensíveis entre controladores com objetivo de obter vantagem econômica poderá ser objeto de vedação ou de regulamentação por parte da autoridade nacional, ouvidos os órgãos setoriais do Poder Público, no âmbito de suas competências.
- II. É vedado às operadoras de planos privados de assistência à saúde o tratamento de dados de saúde para a prática de seleção de riscos na contratação de qualquer modalidade, à exceção dos processos de contratação e exclusão de beneficiários.
- III. Quando o tratamento tiver origem no consentimento do titular ou em contrato, o titular poderá solicitar cópia eletrônica integral de seus dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial, nos termos de regulamentação da autoridade nacional, em formato que permita a sua utilização subsequente, inclusive em outras operações de tratamento.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Questão 45

A Lei 12.527/11 estabelece que cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

- I. gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
- II. proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e
- III. proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade, permeabilidade e eventual restrição de acesso.

Analisar os itens acima e assinale

- (A) se apenas os itens I e II estiverem corretos.
- (B) se apenas os itens I e III estiverem corretos.
- (C) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se todos os itens estiverem corretos.
- (E) se nenhum item estiver correto.

Questão 46

Segundo a Lei 12.527/11, em relação aos recursos, ele será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de

- (A) cinco dias.
- (B) dez dias.
- (C) doze dias.
- (D) quinze dias.
- (E) trinta dias.

PEÇA JURÍDICA

Em agosto de 2022 determinada indústria requereu, em ação anulatória de débito fiscal, liminar para obter certidão positiva, com efeitos de negativa, impedir a inscrição do nome da empresa e de seus sócios nos cadastros de proteção ao crédito, impedir o protesto da dívida ativa e permitir a manutenção e renovação do Regime Especial Tributário do qual goza até dezembro de 2022.

Ofereceu seguro garantia judicial no valor integral do débito questionado, acrescido de 30%, em obediência ao artigo 835, §2º, do CPC.

O juiz deferiu parcialmente a liminar, apenas para determinar à requerida a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa em relação ao débito questionado.

Elabore o recurso cabível dessa decisão, com os fundamentos fáticos e jurídicos cabíveis.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	

96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

Instituto
ACCESS